

Brexit: uma virada histórico-mundial

A votação britânica de 23 de Junho para sair da UE é um acontecimento de grande significado geopolítico. [1] Terá um efeito desorganizador no nexu de alianças através das quais as potências imperialistas ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, gerem o capitalismo global. Trata-se de um golpe muito grave para a União Europeia. Os líderes da UE estão tentando dar um rosto corajoso ao voto no Brexit, mas não é brincadeira perder o segundo maior país da UE, a maior potência financeira e militar da Europa. A vitória de Leave também continua a sucessão de referendos em que as iniciativas e instituições da UE foram rejeitadas pelo voto popular – Grécia (2015), Irlanda (2001 e 2008), Holanda (2005), França (2005), Suécia (2003), Dinamarca (1992). O colunista do Financial Times, Wolfgang Münchau, especula que uma derrota do primeiro-ministro Matteo Renzi no referendo constitucional de outubro poderia começar a empurrar a Itália para a saída. [2]

O voto britânico abalou os mercados globais, cuja fragilidade foi sublinhada pela decisão tomada há algumas semanas pelo Federal Reserve Board dos EUA de adiar o seu plano de “normalizar” a economia dos EUA após a crise, aumentando as taxas de juro. [3] A manchete do Washington Post de sábado, 25 de Junho, forneceu um resumo sucinto da situação: “VOTO BREXIT AGITA O GLOBO”.

Na própria Grã-Bretanha, a votação do Brexit colocou os dois principais partidos em tumulto. David Cameron pensou que era uma jogada inteligente oferecer um referendo para apaziguar a direita conservadora. O Financial Times tem esta anedota reveladora sobre seu estado de espírito quando ele fez a promessa de referendo em 2013:

Em 2014, quando Herman Van Rompuy, um respeitado ex-diretor do

Conselho Europeu, perguntou a Cameron em Chequers como o primeiro-ministro britânico se tinha permitido chegar a esta posição precária, Cameron respondeu fazendo um paralelo com o referendo escocês sobre a independência. “Ganharei isso facilmente e porei de lado a questão escocesa durante 20 anos”, afirmou ao seu convidado belga. “O mesmo se aplica à Europa”.⁴

A arrogância de Cameron em relação ao referendo sobre a independência escocesa quase perdeu a União. Conseguiu apenas uma vitória estreita, que, graças ao pesado levantamento dos trabalhistas, lhe custou grande parte da sua base eleitoral na Escócia. Do ponto de vista da classe dominante, o voto no Brexit é muito mais prejudicial (e pode precipitar uma secessão escocesa). E Cameron destruiu seu partido e seu governo, e terminou sua mandato um ano depois de ganhar uma inesperada vitória eleitoral geral.

Os Conservadores entraram no referendo dizendo que tinham aprendido as lições dos anos 90, quando as divisões sobre a Europa destruíram o governo de John Major. Mas, nas últimas semanas da campanha, isso tinha sido esquecido quando os dois lados se uniram ferozmente. A escalada dos abusos é bem resumida pelo observador Andrew Rawnsley:

Todos os venenos que se precipitaram dentro do partido conservador durante tantas décadas estão fervendo à superfície. Em fevereiro, quando a arma de partida foi disparada, ambos os lados fizeram declarações piedosas de que não deixariam que se tornasse pessoal. Eu recorto uma citação de Iain Duncan Smith incitando o partido Tory a conduzir uma boa luta, limpa. “Não atacar a pessoa, atacar a bola,” entoou este coro. Algumas semanas depois, o mesmo Iain Duncan Smith chama o Sr. Cameron de “Pinóquio”.⁵

Tensões pré-existentes dentro do governo, manobrando sobre a sucessão de Cameron, que já havia prometido se retirar antes das próximas eleições gerais programadas para 2020, a própria luta pelo referendo, que reacendeu os ódios da década de 1990

– agora esses venenos serão infundidos na batalha para substituir Cameron e reestabilizar o governo e o capitalismo britânico.

A crise dentro do partido Tory coloca duas questões. Em primeiro lugar, por que se desenvolveram antagonismos tão intensos? Em segundo lugar, podem ser facilmente superados uma vez que o governo se reconstitui sob um novo líder? Três apoiantes da esquerda Remain, a deputada verde Caroline Lucas, o chanceler sombra trabalhista John McDonnell e o ex-ministro grego das finanças Yanis Varoufakis, têm uma resposta fácil para a primeira pergunta: “Se deixarmos a UE, quem mais beneficiará? As elites políticas e financeiras deste país”.⁶

Se isto é entendido como uma declaração sobre os interesses do capitalismo britânico, é um completo disparate. O bombardeamento implacável de declarações de interesses empresariais que atacam o Brexit pode ter sido orquestrado a partir do 10 Downing Street, mas eram, apesar de tudo, genuínas. Grandes bancos de investimento e corporações transnacionais, o CBI, o Banco de Inglaterra, a Lloyds, a Mesa Redonda Europeia de Industriais, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE... estas são as instituições a quem se dirigem se quisermos saber qual é a posição das principais seções de capital, e todos eles denunciaram o Brexit. A principal exceção é fornecida pelos fundos dhedge, um setor que tem lutado desde o crash de 2008, muitos dos quais padrões notoriamente venais e de curto prazo não gostam das ameaças da UE de regulá-los mais. Em comparação, digamos, com os debates dos anos 80 e 90 sobre a adesão ou não ao Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC) do Sistema Monetário Europeu e depois ao euro, o grande capital está agora menos dividido na Europa.⁷ Se alguém tinha dúvidas sobre os desejos do capital, as enormes quedas nos mercados financeiros em todo o mundo no dia seguinte ao referendo deveriam tê-las eliminado.

À sua maneira oportunista e casual, Cameron garantiu, em Fevereiro, um acordo da UE que correspondia amplamente aos

interesses do capital britânico (digo isto porque a natureza altamente internacionalizada do capitalismo britânico torna difícil distinguir entre os interesses das empresas controladas pelo Reino Unido e os das empresas estrangeiras – por exemplo, bancos e fabricantes de automóveis dos Estados Unidos, Japão e Europa – com investimentos significativos na Grã-Bretanha). O Financial Times explica isso na preparação para as renegociações com o resto da UE:

Cameron e [chanceler do Tesouro George] Osborne... tomaram uma grande decisão estratégica. Enquanto líderes britânicos anteriores afirmaram não ser convincentemente “o coração da Europa”, a liderança conservadora fez agora uma virtude do fato de a Grã-Bretanha estar à margem: não estava nem no euro, nem na zona de viagens sem fronteiras de Schengen e, portanto, à distância das crises econômicas e de refugiados que assolam o continente. Se o resto da Europa quisesse uma maior integração, tudo bem. Mas a Grã-Bretanha precisava de algumas garantias.⁸

O eventual acordo – cujas disposições mais importantes ofereciam maiores garantias do estatuto da City como centro financeiro offshore da zona euro e permitiam que, inicialmente, fossem negados benefícios sociais aos imigrantes da UE – correspondia à peculiar posição de in-out da Grã-Bretanha na Europa. O historiador Brendan Simms argumenta num novo livro que a segurança do Estado britânico (anteriormente inglês) sempre dependeu em parte do controle destas ilhas (daí a incorporação da Escócia e a subjugação do País de Gales e da Irlanda) e em parte da construção de alianças na Europa para evitar a emergência de um rival hegemônico.⁹

Mas o que deu ao Estado britânico a vantagem na sua concorrência com outras potências europeias foi a sua transformação na rampa de lançamento do capitalismo industrial e o desenvolvimento estreitamente relacionado de um império global. A Índia foi, em muitos aspectos, a chave, proporcionando às empresas britânicas mercados e ao Estado

britânico receitas e soldados. O primeiro-ministro conservador do século XIX, Lord Salisbury, chamou à Índia “um quartel inglês nos mares orientais de onde podemos retirar qualquer número de tropas sem pagar por elas”.¹⁰ Graças ao seu exército indiano, a Grã-Bretanha enviou duas vezes mais tropas para o teatro do Pacífico da Segunda Guerra Mundial do que os EUA, que lideraram a campanha dos Aliados contra o Japão.¹¹

Mesmo quando forçado em 1947 pelo estiramento excessivo imperial e pela revolta colonial a abandonar a Índia, a Grã-Bretanha recusou-se a abraçar a integração europeia. Tanto antes como depois da Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill defendeu os Estados Unidos da Europa – mas excluindo a Grã-Bretanha. “Estamos com a Europa, mas não na Europa”, escreveu ele em 1930. “Estamos ligados mas não conformados”.¹² O governo trabalhista do pós-guerra seguiu a mesma linha, afastando-se do primeiro passo para a integração, a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951. Tal como o seu sucessor conservador, imaginou que o imperialismo britânico tinha um futuro como a “terceira potência mundial” depois dos EUA e da União Soviética, usando o resto do seu império para se manter na mesa principal como parceiro europeu leal de Washington.¹³

Dois eventos em 1956 destruíram brutalmente esta fantasia. Primeiro, os EUA forçaram a Grã-Bretanha e a França a abandonar a sua tentativa de derrubar o governo nacionalista egípcio de Gamal Abdel Nasser. Este desastre foi seguido pela rápida liquidação da maioria dos impérios coloniais europeus sobreviventes. Em segundo lugar, os seis membros da CECA acordaram os termos em que a Comunidade Económica Europeia (ou Mercado Comum) foi estabelecida ao abrigo do Tratado de Roma de Março de 1957. Isto proporcionou o quadro no qual as economias continentais se anteciparam a um capitalismo britânico que lutava com problemas crônicos de competitividade. As tentativas de adesão à CEE de sucessivos governos trabalhistas e conservadores durante a década de 1960

foram produto de um sentimento de fracasso e mesmo de desespero bem expresso por um documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1966:

Nos últimos 20 anos, este país tem estado à deriva. De um modo geral, tem sido um período de declínio da nossa posição e do nosso poder internacional. Isso ajudou a criar um clima nacional de frustração e incerteza. Não sabemos para onde vamos e começámos a perder a confiança em nós próprios. Talvez se tenha chegado agora a um ponto em que a aceitação de um novo objetivo e de um novo compromisso possa dar ao país como um todo um foco em torno do qual cristalizar as suas esperanças e energias. A entrada na Europa poderá proporcionar o estímulo e o objetivo que pretendemos.¹⁴

Uma atitude semelhante invadiu o Tesouro, que, segundo Hugo Young, “permaneceu oficialmente contra a entrada britânica” na CEE em 1973,¹⁵ e que ainda tem uma reputação de euroceticismo. Sir Alan Budd, conselheiro económico principal do Tesouro nos anos 90, disse recentemente ao Financial Times que “tal era o desespero em gerir a economia no início dos anos 70 que os funcionários pensavam que a adesão ao Mercado Comum era meramente inútil. A prosperidade da Grã-Bretanha não podia ser salva e a adesão à CEE era apenas o tipo de “gesto fútil” que se pedia”.¹⁶

Àquela altura, a CEE e depois a UE ofereceram uma plataforma sobre a qual o capitalismo britânico conseguiu reconstruir-se com um grau considerável de sucesso. A integração europeia sempre teve uma dupla determinação imperialista – em primeiro lugar, foi promovida pelos EUA a fim de lhe proporcionar um parceiro junior estável e próspero na Eurásia ocidental e, em segundo lugar, serviu de quadro para as potências imperialistas europeias, apesar da sua subordinação geopolítica a Washington, defenderem os seus interesses a nível mundial.¹⁷ Também a Grã-Bretanha utilizou a UE desta última forma, mas mais ambigualmente do que a França ou a Alemanha, porque simultaneamente procurou preservar o seu

estatuto de parceiro mais importante dos EUA na gestão do capitalismo global.

Esta ambiguidade tem uma base material na evolução do próprio capitalismo britânico. Num novo livro muito importante, Tony Norfield destaca o ressurgimento nas últimas décadas da City de Londres como o principal centro financeiro internacional (Wall Street pode rivalizar com ela em tamanho, mas está fortemente envolvida no serviço à economia americana muito maior). Londres domina o comércio de divisas, derivativos de balcão e títulos internacionais, bem como o mercado de empréstimos bancários internacionais. Norfield traça os esforços desde os anos 50 de sucessivos governos britânicos, por vezes em conflito com as políticas dos EUA, para apoiar a City, que descreve como “parte de um mecanismo através do qual os capitalistas britânicos operam e extraem receitas do resto do mundo, algo que define o estatuto da Grã-Bretanha como uma potência imperialista”.¹⁸

No entanto, Norfield relaciona o papel de Londres nos principais mercados financeiros com uma maior participação no capital produtivo também a nível internacional:

Em 2013, a Grã-Bretanha tinha o segundo maior estoque de investimentos estrangeiros diretos, no valor de US\$ 1,885 bilhão... Enquanto o Reino Unido representava apenas 30% do estoque total de investimentos dos EUA, de US\$ 6,350 bilhões, era maior como participação na economia nacional. Dados da tabela do Financial Times das 500 maiores corporações globais em 2011 mostram uma posição semelhante. O Reino Unido ficou em segundo lugar, atrás dos EUA, com 34 empresas com um valor total de mercado de US\$ 2,085 bilhões. Os EUA tinham 160 empresas com um valor de US\$ 9,602 bilhões. Outra pesquisa mostra que, das 100 maiores corporações não financeiras do mundo em 2013, classificadas pelo valor de seus ativos externos, 23 eram empresas americanas, 16 britânicas e 11 francesas, enquanto a Alemanha e o Japão tinham cada um dez. As três maiores empresas sediadas no Reino Unido ocupavam o

segundo, sexto e sétimo lugares: Royal Dutch/Shell Group plc, BP plc e Vodafone plc.¹⁹

O capitalismo britânico permanece assim, como tem sido desde a revolução industrial, a mais internacionalizada das grandes economias. Isso lhe dá uma orientação global, e ajuda a explicar os esforços que o Estado britânico tem feito para permanecer uma grande potência militar, embora quase sempre operando em conjunto com os EUA. Usando cinco medidas de poder – PIB nominal, estoque de IED externo, ativos e passivos bancários internacionais, participação da moeda no comércio de divisas e gastos militares – Northfield coloca a Grã-Bretanha “um segundo distante atrás dos EUA”, mas à frente da China, Japão, Alemanha e França.²⁰ De uma perspectiva liberal, Simms concorda, chamando “o Reino Unido a última grande potência europeia”, atrás apenas dos EUA e da China.²¹

O posicionamento global do capitalismo britânico tornou-o um parceiro incômodo da UE. O seu estatuto de “semi-destacado” foi sublinhado pelo “opt-out” que obteve do euro no Tratado de Maastricht de 1992, rapidamente seguido pela expulsão da libra esterlina do MTC na quarta-feira negra, 16 de Setembro de 1992. As preocupações com a City foram uma das principais razões pelas quais Gordon Brown, como chanceler trabalhista, bloqueou a adesão da Grã-Bretanha ao euro no final dos anos 90.²² Tony Blair tentou compensar a sua permanência afastada, promovendo uma maior cooperação militar europeia sob a liderança dos EUA, uma política cujo ponto alto foi a campanha de bombardeamento da OTAN contra a Iugoslávia em 1999. A árdua participação de Blair na invasão do Iraque, contra a oposição francesa e alemã, valeu a pena.²³

A grande ironia é que a insistência da Grã-Bretanha em manter a libra esterlina e, por conseguinte, em manter-se fora do projeto europeu mais importante desde o Tratado de Roma, não impediu que Londres se tornasse a capital financeira da zona euro. Não só a City domina o eurotrading, como, segundo o Financial Times, “três quartos dos mercados de capitais

européus e das receitas dos bancos de investimento são transaccionados no Reino Unido, de acordo com Oliver Wyman, o consultor de gestão”.²⁴ O esforço dos últimos anos para integrar ainda mais a zona euro em resposta à sua crise quase terminal ameaçou perturbar este delicado equilíbrio – por exemplo, ao tentar forçar a negociação do euro a ter lugar dentro da zona euro. Mas o que Cameron garantiu em Bruxelas foram algumas concessões que protegem o estatuto da Cidade ao lado do reconhecimento do estatuto especial da Grã-Bretanha (por exemplo, a isenção da promessa do Tratado de Roma de “união cada vez mais estreita”). No período que antecedeu o referendo, a Comissão Europeia prometeu facilitar o funcionamento dos fundos de investimento especulativo da City em toda a UE25. Os bancos de investimento sediados em Londres podem ficar excluídos do mercado único.

Então, se os interesses do capitalismo britânico o colocaram firmemente no campo do Remain, por que tanto alarido no partido conservador? A resposta pode provavelmente ser resumida em duas palavras – Thatcher e UKIP. Margaret Thatcher comprometeu-se a inverter o declínio britânico. Conseguiu êxitos significativos – lançando uma ofensiva neoliberal em grande escala, infligindo grandes derrotas à classe trabalhadora organizada e reforçando a mudança econômica para a cidade com a desregulamentação do Big Bang de 1986. Mas restaurar as glórias imperiais da Grã-Bretanha estava para além das suas competências (ou mesmo das suas intenções). Houve muitas humilhações na quarta-feira negra, o fracasso militar no Iraque e no Afeganistão, a queda de 2008, destacando a vulnerabilidade do capitalismo britânico em um sistema global em rápida mudança, onde a distribuição de poder está mudando.

Para a ala tchetcherista do partido conservador, quase rebelde sob o governo de Major e (ao contrário de Cameron e Osborne) hostil à tentativa de Blair de fundir neoliberalismo e social-democracia, a UE tornou-se o inimigo simbólico, no qual se

concentravam todas as suas frustrações. Romper com a UE tornou-se uma Grande Fuga que permitiria à Grã-Bretanha recuperar a realidade da soberania a um ponto que provavelmente nem mesmo os EUA desfrutavam. Para alguns conservadores, por exemplo, Michael Gove e o ex-secretário de Defesa Liam Fox, que se pavoneiam como versões britânicas dos neocons americanos, esta fantasia ideológica se une a outra, que a Grã-Bretanha poderia ter um futuro radiante em um “Anglosfera” de livre mercado junto com os EUA e antigas dominações brancas como o Canadá e a Austrália.

O ligeiro constrangimento desta opção é que é fortemente rejeitada pelos potenciais parceiros. A intervenção muito vigorosa de Barack Obama no debate sobre o Brexit durante a sua visita à Grã-Bretanha, em Abril, foi, essencialmente, uma reafirmação da política tradicional dos EUA de promoção da integração europeia e de apoio à adesão da Grã-Bretanha, precisamente para assegurar que Washington tenha um aliado poderoso e simpático quando são tomadas decisões em Bruxelas. Assim como com a captura do Partido Republicano por Donald Trump em uma plataforma que rompe com a estratégia do imperialismo norte-americano desde o início da década de 1940 de construir uma ordem capitalista liberal global sustentada pelo poder militar americano, temos o paradoxo de o principal partido do grande capital se afastar dos interesses do capital.

Karl Marx escreveu com fama: “A forma específica como o trabalho excedente não remunerado é bombeado dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, uma vez que esta resulta diretamente da própria produção e reage a ela por sua vez como determinante”.²⁶ Os antagonismos da superestrutura política têm, neste caso, reagido com vingança à base económica do capitalismo britânico.

O Brexit, portanto, não é a base de uma estratégia alternativa para o capitalismo britânico. O que lhe deu pernas é um processo de recomposição geracional da base ativista

conservadora que fez do euroceticismo a norma e reduziu a ala pró-UE do partido a uma cauda envelhecida representada por figuras do passado, como Michael Heseltine e Ken Clarke. Esta transformação foi então reforçada pela ascensão do UKIP. A conquista de Nigel Farage tem sido fazer o que tradicionalmente têm sido as preocupações de uma minoria relativamente pequena com a ameaça que um “super-Estado” europeu representa para a soberania britânica em uma causa popular, reformulando a questão da Europa em termos de imigração, e explorando a chegada de migrantes da Europa Central e Oriental desde que a UE se expandiu para o leste em 2004. Os avanços que o UKIP fez nas bases eleitorais de ambos os principais partidos puxaram o debate sobre imigração para a direita, mas também galvanizaram os conservadores na tentativa de retomar o controle da agenda europeia.

Como é que isto aconteceu na própria campanha para o referendo? Sob a constante barragem da artilharia pesada da capital sobre os efeitos económicos nocivos do Brexit, os líderes conservadores da campanha Leave deslocaram-se cada vez mais para o terreno do UKIP, prometendo que deixar a UE permitiria à Grã-Bretanha “recuperar o controle das suas fronteiras”. Esta é outra fantasia ideológica: é a dependência do capitalismo contemporâneo dos trabalhadores imigrantes que está a impulsionar a mudança demográfica na Grã-Bretanha, como em qualquer outro lugar, e não o princípio da UE da livre circulação de trabalhadores. Mas o racismo não é provavelmente o fator mais poderoso que está conduzindo as pessoas para o campo do Leave.

O UKIP já se beneficiou da repulsa dos eleitores comuns contra toda a elite política e económica. Neste caso, a campanha para o referendo enviou sinais contraditórios. Por um lado, o debate principal se resumiu a meninos Tory elegantes em ternos gritando uns com os outros – dificilmente uma receita para superar a alienação dos eleitores. Por outro lado, é provável que a própria unanimidade da oposição do establishment ao

Brexit tenha levado muitas pessoas ao campo de Leave simplesmente como um ato de desafio. Uma pesquisa do YouGov lista as grandes empresas (36%), banqueiros e políticos (ambos 32%) como os três principais beneficiários da UE, enquanto os perdedores eram pequenas empresas (26%), pessoas com baixos rendimentos (25%) e pensionistas (14%).²⁷

Há outra coisa muito importante nas atitudes populares. Todas as sondagens mostram que quanto mais pobres somos, mais provável é que votemos pela Licença.²⁸ Isto significa que milhões de eleitores da classe trabalhadora não foram representados pelo movimento operário dominante. Tal como no caso da votação na Síria, em dezembro, a bancada trabalhista mostrou seu profundo compromisso com o Blairismo. Infelizmente, os líderes sindicais, depois de celebrarem um acordo com o governo que suavizou ligeiramente a lei anti-sindical, lançaram-se vigorosamente no campo Remain (embora três sindicatos de esquerda mais pequenos, a ASLEF, a BFAWU e a RMT, constituam uma exceção honrosa²⁹). Tal como a campanha marginalmente mais esquerdista “Outra Europa é Possível”, os funcionários sindicais concentraram-se em contar histórias de fadas sobre a UE como iniciadora e garante de reformas sociais progressistas. Não só isso branqueou uma UE que atualmente está montando um ataque neoliberal maciço ao modelo social europeu, mas também efetivamente descartou o papel dos movimentos sociais na conquista de reformas através de lutas de baixo para cima.

Na pior das hipóteses, isso envolveu replicar no campo de Remain o tipo de política de frente popular que, no início da campanha, viu George Galloway falando ao lado de Farage. Assim, Sadiq Khan, recentemente eleito presidente da câmara trabalhista de Londres, partilhou uma plataforma com Cameron, enquanto a deputada verde Caroline Lucas fez parte do conselho de administração da campanha britânica Stronger in Europe, dominada pelos conservadores, e aplaudiu Major – que, como primeiro-ministro, encerrou as minas, privatizou os caminhos-

de-ferro e iniciou a comercialização do NHS – quando apoiou Boris Johnson.

Em comparação com este conglomerado de apologética pró-UE e colaboração de classe, Jeremy Corbyn jogou um jogo mais inteligente. Forçado pelos blairistas no gabinete paralelo a manifestar-se a favor da continuação da adesão à UE no início da sua liderança, Jeremy Corbyn tem sido um ativista extraordinariamente pouco entusiasta do Remain. Tal como McDonnell, Corbyn recusou-se a partilhar plataformas com os Conservadores e, no que deveria ser um discurso pró-UE no início de Junho, concentrou a sua atenção na campanha “Tory Remain” e na própria UE. Como o New Statesman reconheceu com relutância:

Ele fez barulhos pró-UE suficientes para fazer com que as queixas dos pró-europeus mais empenhados do Partido Trabalhista parecessem mais insurrecionistas do que construtivas. Atirou um pouco de carne vermelha aos seus principais apoiadores, criticando a TTIP – um tratado que agora parece estar morto antes de nascer em qualquer caso – e anunciando de novo que um governo trabalhista iria renacionalizar as ferrovias E, crucialmente, ele fez apenas o suficiente para sugerir aos poucos deputados trabalhistas e ativistas que são anti-europeus que ele poderia permanecer do lado deles, na verdade.³⁰

Corbyn calculou provavelmente que o referendo é o problema dos Conservadores e que os Trabalhistas podem beneficiar ao deixá-los desfazerem-se. O problema do boxe inteligente como este é que pode ter enviado sinais codificados aos milhões de eleitores trabalhistas tradicionais que apoiam a licença, mas não lhes ofereceu uma liderança política clara. Se Corbyn tivesse saído ligando a rejeição da UE à oposição à austeridade, poderia ter consolidado a coligação mais ampla que emergiu na sua eleição como líder trabalhista em setembro passado. Como diz Freddie Sayers do YouGov:

Corbynmania era um movimento de jovens e um movimento de mídia

social, mas também era um movimento de classe trabalhadora. Como um grupo, o “seletorado” trabalhista que votou na eleição de liderança era mais educado e próspero do que a população em geral, mas dentro desse grupo mais “normal” eram realmente apoiadores de Corbyn. Apenas 26% dos apoiadores de Corbyn tinham uma renda familiar de mais de £40.000, um pouco menos do que a cifra nacional de 27%. (Andy Burnham, Yvette Cooper e Liz Kendall estavam progressivamente em melhor situação, com 29%, 32% e 44%, respectivamente.) Então Corbyn ficou com os jovens cool e a ala esquerda da classe trabalhadora.³¹

Mas o equívoco de Corbyn efetivamente empurrou as pessoas da classe trabalhadora que queriam votar Leave em direção a Farage e Johnson. É importante, no entanto, analisar cuidadosamente os diferentes elementos da situação. Grande parte da esquerda radical e liberal convenceu-se durante a campanha do referendo de que o voto Leave era alimentado por sentimentos racistas e anti-migrantes, cuja vitória entrincheiraria os Thatcheristas no poder. Isto foi resumido pelo tweet de Billy Bragg: “Nem todos os eleitores Leave são racistas, mas todos os racistas votarão Leave”.³² A lógica deste argumento era bastante óbvia – Cameron e Osborne, nos seus seis anos de mandato, já tinham levado o neoliberalismo muito mais longe do que Thatcher se atrevia a ir. E o ataque do odioso Alan Sugar, um apoiante Remain, a Gisela Stuart, a deputada trabalhista pró-Leave, como “uma imigrante de 1974... dizendo-nos britânicos o que deveríamos fazer”, dificilmente sugeria que os racistas estavam todos de um lado.³³

Mas o diagnóstico parecia ser apoiado pelo vil assassinato do deputado trabalhista Jo Cox por um fascista aberto. O assassinato lançou os líderes Leave em desordem, e encorajou seus oponentes do lado Remain a apresentar o referendo como um plebiscito sobre o racismo. Este estratagema foi iniciado pela liderança trabalhista, mas depois foi retomado por Cameron e pela britânica Stronger na Europa. Simultaneamente, figuras trabalhistas como o vice-líder Tom Watson, o chanceler sombra John McDonnell e o secretário-geral da União, Len McCluskey,

manifestaram o seu apoio à restrição da livre circulação de trabalhadores na UE.

Este movimento foi uma resposta à descoberta pelos deputados trabalhistas e funcionários sindicais esmagadoramente pró-Remain que um grande número de pessoas da classe trabalhadora iam votar a favor da Leave. Assumiu que eram motivados pelo racismo. É claro que só um tolo negaria que o racismo é uma força poderosa e crescente na Grã-Bretanha e, na verdade, em toda a Europa. Apesar do horror do assassinato de Cox, o problema não é tanto o da direita fascista aberta e organizada – na Grã-Bretanha, um grupo de grupúsculos guerreiros fragmentados, embora continue a ser uma ameaça que exige vigilância constante e, quando necessário, uma contra-mobilização determinada.

Indubitavelmente, no referendo, milhões de pessoas votaram a favor da licença sob a influência de um racismo anti-migrante mais amplo. Mas, como já sugerimos, pelo menos uma força tão poderosa como a nossa é suscetível de ser uma alienação da elite económica e política que cristaliza a experiência de 40 anos de neoliberalismo e quase 10 anos de crise expressa em salários estagnados ou em queda, desemprego, habitação social decrescente e um Estado-providência cada vez menor. A UE enquanto encarnação do neoliberalismo e do desprezo pela democracia é um símbolo perfeito de todos estes descontentamentos. Londres, sede de um centro financeiro global, pode ter votado a favor de “Remain”, mas todas as outras regiões inglesas e todo o País de Gales votaram a favor de “Leave”. YouGov sugeriu uma taxa de participação anormalmente mais elevada no Norte de Inglaterra do que no Sul, o que desequilibrou a balança.³⁴ Will Davies comenta com astúcia as regiões do Norte, Nordeste e País de Gales que optaram pelo Brexit:

Eles são bem reconhecidos como os centros históricos do Partido Trabalhista, sentados em campos de carvão e/ou em torno de cidades de construção naval. Na verdade, fora de

Londres e da Escócia, estavam entre as únicas manchas de vermelho trabalhista no mapa eleitoral de 2015. Não há razão para pensar que não ficariam vermelhos se fossem realizadas eleições no Outono. Mas na linguagem dos geógrafos marxistas, eles não tiveram nenhuma “solução espacial” bem sucedida desde a crise de estagflação dos anos 1970. O Thatcherismo eviscerou-os com fechamento de minas e monetarismo, mas não gerou empregos no setor privado para preencher o espaço. O investimento empresarial que os neoliberais sempre acreditam estar ao virar da esquina nunca se materializou.

A solução do Partido Trabalhista foi espalhar riqueza em sua direção usando a política fiscal: os empregos de back-office do setor público foram estrategicamente deslocados para o País de Gales do Sul e o Nordeste para aliviar a desindustrialização, enquanto os créditos fiscais tornaram o serviço de baixa produtividade mais viável socialmente. Isso efetivamente criou um Estado-providência sombrio que nunca foi falado publicamente, e coexistiu com uma cultura política que acumulou desprezo pela dependência. O infame comentário de Peter Mandelson, de que os países do coração trabalhista poderiam ser dependentes para votar no Partido Trabalhista, não importa o quê, “porque eles não têm para onde ir”, falou de uma atitude dominante. Nos termos de Nancy Fraser, o Novo Labour ofereceu “redistribuição”, mas não “reconhecimento”.

Esta contradição cultural não era sustentável e nem era a geográfica. Não só a “correção espacial” era relativamente de curto prazo, uma vez que dependia do aumento das receitas fiscais do Sudeste e de um governo de centro-esquerda disposto a espalhar dinheiro de forma generosa (embora, discretamente), como também não conseguiu entregar o que muitos eleitores do Brexit talvez mais desejem: a dignidade de ser auto-suficiente, não necessariamente no sentido neoliberal, mas certamente no sentido comunal, familiar e fraternal.³⁵

A pesquisa de Lord Ashcroft concluiu que cerca de 49% dos eleitores da Leave afirmaram que a maior razão para querer sair da UE era “o princípio de que as decisões sobre o Reino Unido devem ser tomadas no Reino Unido”, em comparação com 33%

que deram a principal razão para sair, “oferecendo ao Reino Unido a melhor oportunidade para recuperar o controlo sobre a imigração e as suas próprias fronteiras”. E um número significativo de pessoas de etnia negra e minoritária ficou do seu lado: “Os eleitores brancos votaram a favor da saída da UE entre 53% e 47%. Dois terços (67%) dos que se descrevem como asiáticos votaram para ficar, assim como três quartos (73%) dos eleitores negros. Quase seis em cada dez (58%) dos que se descrevem como cristãos votaram a favor da saída; sete em cada dez muçulmanos votaram a favor da permanência”.³⁶

Mas numa campanha dominada por duas alas do partido conservador, com a pressão constante do UKIP, a raça e a migração tornaram-se a forma como o debate foi enquadrado. Não havia nada de inevitável nisto. Os líderes do movimento operário têm uma pesada responsabilidade pela sua incapacidade de oferecer uma crítica à UE por parte da esquerda – não necessariamente uma crítica internacionalista e anti-capitalista: a crítica reformista de esquerda desenvolvida por Tony Benn serviria muito bem.

Há aqui uma lição importante para a esquerda radical europeia, que ainda subscreve a política de “permanecer e reformar” defendida por Corbyn durante a campanha para o referendo, apesar do esmagamento do governo de Syriza na Grécia, há um ano, pelos Estados dominantes da UE e pelo Banco Central Europeu. Não só esta abordagem é ineficaz, como admite o terreno de oposição à UE à direita racista e fascista. A lealdade do Die Linke, o partido de esquerda alemão, ao projeto europeu levou a que este fosse flanqueado pela Alternative für Deutschland, que fundiu a oposição ao euro, o racismo anti-migrante e a islamofobia.

Mas voltemos então à segunda pergunta: será que o Humpty Dumpty pode ser reconstruído após a votação do Brexit? O governo de Cameron já era frágil. Praticamente desde as eleições gerais, ele fez recuo após recuo, muitas vezes em políticas impulsionadas por Osborne – créditos fiscais,

benefícios de invalidez, comércio aos domingos, benefícios fiscais para aposentadoria, academia forçada, crianças refugiadas. Por trás dessas reviravoltas esteve um pequeno grupo de back-benchers conservadores, principalmente da extrema direita do partido, hostis a Cameron e Osborne, que exploraram a pequena maioria do governo. Encantados com a votação do Brexit, vão agora pressionar um governo enfraquecido para uma rápida ruptura com a UE.

O governo decapitado deve fazer três coisas potencialmente incompatíveis. Primeiro, ele deve encontrar um novo primeiro-ministro, através de uma eleição de liderança conservadora que provavelmente irá aumentar as relações amargas dentro do partido. Em segundo lugar, tem de tranquilizar os mercados – o que não é fácil, dada a importância da UE para o capitalismo na Grã-Bretanha. A quarta-feira negra foi um dia – mas a libra esterlina e os títulos britânicos podem estar sujeitos a uma agressão prolongada. Em terceiro lugar, deve empenhar-se naquilo que todos os especialistas prevêem que serão negociações difíceis e prolongadas com Bruxelas sobre a saída da Grã-Bretanha da UE, enquanto tenta gerir uma Câmara dos Comuns onde o governo tem, na melhor das hipóteses, uma pequena maioria e a maioria dos deputados opõe-se ao Brexit, enquanto os principais escalões da classe dominante estão a deslocar-se para reverter ou enfraquecer a decisão do referendo.

Hugo Young escreveu sobre o referendo de 1975: “o que o resolveu, de comum acordo, foi o medo e não a exultação: o medo do desconhecido, representado por um mundo fora da Europa que os defensores do NÃO não conseguiram descrever de forma convincente”.³⁷ Desta vez, os ressentimentos acumulados da era neoliberal dominaram o medo. Mas o vazio ainda existe, pois os líderes de Leave se arrastam em busca de uma orientação alternativa no capitalismo britânico.

Corbyn deve estar bem posicionado para oferecer uma alternativa a esta confusão. A distância que manteve da UE

durante a campanha para o referendo colocou-o num bom lugar para restabelecer a ligação com os eleitores trabalhistas que apelaram à Leave. Infelizmente, o seu gabinete paralelo blairista parece estar decidido a tentar demiti-lo por não ter conseguido garantir uma vitória para Remain. Este é um ato de arrogância espantosa: uma vez que os coniventes do golpe de Estado têm estado na direcção do Partido Trabalhista há muito mais tempo do que Corbyn, eles têm uma pesada responsabilidade pelo declínio do apoio eleitoral. Tal como Cameron, Remain foi a sua causa, Brexit é a sua derrota. É também um ato de loucura criminosa dividir o Partido Trabalhista em aberto quando os conservadores podem ser forçados a uma eleição antecipada, mas pessoas como Hilary Benn presumivelmente acreditam que táticas de terra queimada são a única maneira de salvar os restos esfarrapados do Novo Partido Trabalhista.

É evidente que a livre circulação de trabalhadores na UE vai ser uma questão dominante na política britânica durante os próximos meses, se não anos. Isto aplica-se aos Conservadores: Johnson e Gove prometeram que o Brexit permitiria à Grã-Bretanha romper com este princípio. Mas quem quer que suceda a Cameron ficará sob enorme pressão do grande capital para manter a Grã-Bretanha no mercado único europeu (o que permitiria à City continuar a exportar serviços financeiros para a UE), e Bruxelas insistiria em que isto viesse acompanhado da livre circulação. Corbyn usou este requisito da UE durante a campanha do referendo para resistir às pressões para estabelecer um limite máximo para a migração, mas agora ele vai enfrentar demandas para ceder a fim de salvar sua liderança. Surpreendentemente, mesmo uma figura tão proeminente na esquerda radical como Paul Mason, que defendeu o voto Permanecer como um ato progressista e internacionalista, agora defende o abandono da livre circulação de trabalhadores.³⁸

O referendo reforçou, sem dúvida, as ondas de racismo que atravessam a sociedade britânica. Mas não é demais sublinhar

que os Conservadores, o UKIP e os nazis não estão a fazer tudo à sua maneira. A enorme onda de solidariedade com os refugiados que varreu a Europa no início do outono de 2015 não se dissipou. Pelo contrário, uma densa rede de iniciativas locais para oferecer apoio material e espiritual aos refugiados de Calais a Lesbos cristalizou-se em toda a Grã-Bretanha. Já em setembro passado, calcula-se que 31% da população britânica tenha dado algum tipo de apoio aos refugiados. 39 O estranho discurso de Corbyn e seus aliados à parte, este notável movimento auto-organizado não tem uma representação política convencional. Por tudo o que existe, e é um poderoso contrapeso para os racistas. As drunfos que a terrível campanha islamofóbica de Zac Goldsmith recebeu nas eleições para presidente da câmara de Londres revelaram outra barreira à ofensiva racista – os hábitos de tolerância quotidiana que surgiram a partir das vidas diversas e entrelaçadas das pessoas nas grandes cidades.

Estas profundas correntes anti-racistas têm de ser organizadas. Isto está começando a acontecer numa base alargada com a formação da Stand Up to Racism , a força motriz por detrás do dia de ação anti-racista de 19 de Março e copatrocinadora do comboio para Calais, a 18 de Junho. Mas uma vantagem socialista mais dura também é necessária para ligar o anti-racismo numa base de classe à luta mais ampla contra a austeridade. A emergência da campanha Lexit, que defende uma oposição internacionalista de esquerda à UE, foi um dos êxitos do referendo. Não porque ela alcançou um número maciço de votos, mas porque reuniu um espectro significativo de forças da esquerda radical para fazer campanha por um voto de Leave em uma base anti-capitalista e anti-racista que (ao contrário de algumas campanhas anti-EU de esquerda anteriores) não tinha nenhum caminho com a violência contra os migrantes.

A Lexit ofereceu uma voz política, ainda que pequena, às pessoas da classe trabalhadora que queriam rejeitar a UE numa base de classe. A Lexit ofereceu, portanto, uma alternativa à

colaboração em classe por parte de alguns líderes da “Outra Europa é Possível”. Além disso, dada a terrível fragmentação e involução da extrema esquerda britânica nos últimos anos, a colaboração bem sucedida de diferentes organizações e tradições foi um importante passo em frente. Mas a Lexit era uma minoria dentro da esquerda mais alargada, a maioria dos quais se convenceu de que a UE é um baluarte contra o neoliberalismo e o racismo. Isto suscitou debates, especialmente na casa das redes sociais, antes e depois da votação.

Na situação turbulenta e perigosa que o referendo Brexit abriu, é essencial manter em perspectiva os desacordos sobre a esquerda radical britânica sobre a Europa. A verdade é que todos nós enfrentamos uma escolha difícil – entre a monstruosidade imperialista neoliberal que é a UE, fortemente apoiada pelos principais escalões do capital britânico, e os Thatcherites xenófobos e racistas que dominaram as campanhas Leave. Inevitavelmente, num referendo impulsionado pelas divisões conservadoras, em que se tem de fazer uma pergunta binária – neste caso, “Permanecer ou Partir” -, íamos todos encontrar-nos a fazer a mesma opção no boletim de voto que alguns conservadores. (A menos que nos abstivéssemos, o que significava não participar no maior debate da política britânica desde há muitos anos.) O que distingue uma abordagem de esquerda em tal situação são as razões que damos para a resposta e como (e com quem) fazemos campanha. Estas são as áreas de desacordo legítimo. Mas estas diferenças não devem obscurecer o que temos em comum.

Os britânicos e talvez o capitalismo mundial estão entrando em águas muito tempestuosas. Na tentativa de navegar por elas, os conservadores certamente farão ainda mais ataques – por exemplo, forçando mais cortes para tranquilizar os mercados. Ao mesmo tempo, como previ há um ano, “as questões constitucionais continuarão a funcionar como o condutor relâmpago da política britânica para o futuro imediato”.⁴⁰ Por

um lado, haverá as negociações do Brexit, onde o detalhe de como o Estado britânico está desenredado da UE será muito importante – a luta para preservar a livre circulação é um exemplo óbvio. Por outro lado, pode haver referendos sobre o desmembramento do Reino Unido, provavelmente na Escócia, concebivelmente no norte da Irlanda. E há uma luta imediata a travar contra os Bourbons da direita trabalhista. Unidade contra o racismo, a austeridade e a guerra, e para preservar a abertura política que a eleição de Corbyn marcou é urgentemente necessária.

Original: <http://isj.org.uk/brexit-a-world-historic-turn/>